

As reformas neoliberais na estrutura, na organização e no financiamento da educação superior do Chile e a deflagração do movimento estudantil em 2011

Cláudia Priscila Pires¹

Resumo

Em 2011, houve um movimento estudantil no Chile. Os estudantes foram às ruas em movimento de articulações de massa para reivindicar educação pública, gratuita e de qualidade no ensino superior. A pesquisa objetivou compreender quais foram os elementos responsáveis para deflagração desse movimento. Assim, foi necessária uma discussão sobre os fenômenos históricos, políticos e sociais que envolveram as questões de educação no Chile, e uma análise das reformas na estrutura, na organização e no financiamento da educação superior chilena, no período histórico de 1973 a 2011. A pesquisa apontou para uma desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior. Além disso, a investigação demonstrou que o rompimento de um sistema educacional com a participação do Estado em detrimento de outro majoritariamente privado é um mecanismo que incita para as desigualdades sociais e exclusão educacional no Chile.

Palavras-chaves: políticas educacionais neoliberais, movimento estudantil chileno, neoliberalismo, modelo de ensino superior chileno.

Abstract

In 2011, there was a student activist movement in Chile. Students came together in mass movement to reclaim public education, free and quality in higher education. This work aims to understand what the factors responsible for triggering this movement were. Thus, we must discuss the historical, political and social phenomena involving issues of education in Chile, and an analysis of the reforms to the structure, organization and financing of the Chilean higher education in the historical period from 1973 to 2011. The research pointed to unequal opportunities for access to higher education. Furthermore, our research has shown that disruption of an educational system with the participation of the State over another mostly private is a mechanism for urging social inequalities and educational exclusion in Chile.

Key-words: educational neoliberal policies, chilean student movement, neoliberalism, chilean model of higher education.

¹ Licenciatura Plena e Bacharelado em Ciências Sociais pela UNESP e Mestrado em Educação em Andamento pela UFSCar.

Introdução

O presente trabalho teórico qualitativo buscou investigar as reformas neoliberais na estrutura, na organização e no financiamento da educação superior chilena, a fim de entender através destas fontes os elementos responsáveis pela deflagração do movimento estudantil no Chile em 2011. Do ponto de vista sociológico e político e da educação, a investigação está associada às discussões acerca das políticas educacionais neoliberais inseridas no processo histórico intrínseco do Chile compreendido desde o golpe de Estado do General *Augusto Pinochet* em 1973 ao início do governo do Presidente Sebastián Piñera (2010 -11).

Durante a deflagração do movimento estudantil em 2011, para entender as demandas dos estudantes universitários por educação pública, gratuita e de qualidade na educação terciária, foram analisadas as políticas educacionais neoliberais com foco nos *Decretos con Fuerza de Ley (DFLs)* da década de 1980, na Lei n.º 18.962, *Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE/90)*, na redefinição das políticas educacionais de acordo com as propostas do Banco Mundial (BM) nos anos de 1990, nas políticas educacionais dos governos da *Concertación de Partidos por la Democracia (CPD)* e no posicionamento político do governo do Presidente *Sebastián Piñera* defronte ao movimento estudantil. Em seguida, foram discutidas as características do financiamento estudantil e a desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior.

O estudo abarcou as razões do Chile, um país singular na América Latina que já foi considerado como o paraíso do neoliberalismo, possuir sua imagem de sucesso do modelo de ensino

superior, mundialmente apresentada, arruinada pelas manifestações estudantis contra as políticas educacionais neoliberais. Logo, a importância da referente investigação é justificada para a sociologia, a política e a educação, em um contexto histórico intrínseco do Chile, através da possibilidade de verificar as contradições manifestas dos fenômenos sociais e políticos em relação à educação presentes naquele país.

As reformas neoliberais na estrutura, na organização e no financiamento da educação superior do Chile e a oportunidade de acesso ao ensino superior

Sob a égide dos militares que eram liderados pelo General Augusto Pinochet em 11 de setembro de 1973 a ditadura era cravada no Chile. O país foi cenário do neoliberalismo antes da implementação das propostas neoliberais nos governos de Margaret Thatcher (1979 a 1990) na Inglaterra e de Ronald Reagan (1981 a 1989) nos Estados Unidos, que são os governos considerados referências históricas destas ideias políticas e econômicas. O Chile foi ensaio prático das diretrizes neoliberais no mundo.

O governo militar designou uma comissão para elaboração da Constituição Política do Estado que foi organizada pelos *Chicago boys*, jovens economistas da Universidade de Chicago (EUA) e defensores do livre mercado na economia. O texto constitucional foi submetido ao plebiscito em 11 de setembro de 1980. A Constituição foi promulgada em 21 de outubro e começou vigorar em 11 de março de 1981 e abrangia as normas fundamentais para educação no país. É importante desvelar que não existia ainda uma lei exclusiva para educação superior em 2011 quando no governo do Presidente Sebastián Piñera houve a deflagração do movimento estudantil, em

que os estudantes do ensino superior, que eram apoiados pelos secundaristas, reivindicavam o direito à gratuidade na educação superior.

Com respaldo na nova Constituição de 1980, ocorreu a promulgação do Decreto Lei nº 3. 541/1980, em que por artigo único constava que ao Presidente da República cabia à autoridade para reestruturar as universidades chilenas por meio de normas estatutárias e de regulamentação da estrutura orgânica. A partir de então, as reformulações na educação superior começavam ser concretizadas pelos *DFLs*. As reformas na educação superior foram iniciadas por uma profusão de Decretos Presidenciais Educacionais que transformavam a organização, a estrutura e o financiamento das instituições de ensino superior no Chile. São notáveis os *DFLs* Nº.1, Nº.2, Nº.3, Nº.4, Nº.5, Nº.24 e Nº.33. Foi abolida em 1981 durante a ditadura de *Pinochet* a gratuidade no ensino superior presente no governo do Presidente *Salvador Allende* (1970 a 1973), que foi o primeiro socialista marxista Chefe de Estado eleito democraticamente na América Latina.

De acordo com o *DFL* Nº.1, somente as universidades eram responsáveis pela outorga de títulos acadêmicos de licenciatura, de mestrado e de doutorado. Neste decreto foram definidas as normas de funcionamento da universidade e de seu reconhecimento oficial através do sistema de “*examinación*”, cuja função era verificar o funcionamento das universidades para obtenção de reconhecimento oficial das mesmas, que era supervisionado pelo Ministério da Educação do Chile. Ocorreu a abertura educacional para a área privada, por sua vez, surgiu o setor educacional que era desvinculado da responsabilidade estatal.

Em fevereiro de 1981, foi publicado o *DFL* Nº.5 em que era exposta a regulamentação para formação de Institutos Profissionais

(IPs) que também eram submetidos ao sistema de “examinanda”. Os *IPs* outorgavam títulos profissionais e técnicos e eram denominados como instituições de educação superior. Em abril subsequente, para complementar ao *DFL* Nº.5 houve a promulgação do *DFL* Nº.24, que estabelecia a formação de Centros de Formação Técnica (CFTs) como instituição de ensino superior, de maneira que a formação técnica passou a compor a educação superior e o desenvolvimento da assistência técnica havia sido transformado em função acadêmica. Os cursos referentes eram aos estudantes que concluíram a educação média, apresentavam curta duração e possuíam foco nas necessidades do mercado de trabalho. A educação superior estava voltada assim para formação de profissionais de acordo com a necessidade do mercado.

Importa frisar que a educação superior no Chile em 1982 não apresentava separação entre as instituições públicas e as privadas. Até então, eram oito universidades: duas estatais, três católicas e três laicas. As universidades foram instituídas por leis, as unidades educacionais possuíam caráter público, uma vez que o Estado chileno as financiava através de provisão de montantes fixos que não dependiam do número de estudantes matriculados na instituição. Por outro lado, o governo militar havia determinado as normas de criação e de dissolução das universidades do setor privado, que ainda não havia sido organizado até 1982. As universidades privadas, quando foram criadas, eram referência de cursos com pouco investimento, ao mesmo tempo em que os cursos que necessitavam de muitos investimentos operacionais eram financiados pelo Estado nas universidades públicas.

Ademais, as universidades estatais – Universidade do Chile e Universidade Técnica do Estado – foram reestruturadas na esfera institucional e na financeira a partir da publicação do *DFL* Nº.2 em

dezembro de 1980. Os novos campi eram formados como universidades derivadas, que eram instituições vinculadas às universidades estatais e cobravam mensalidades dos estudantes. Posteriormente, através de outros *DFLs*, foram organizadas as criações dos IPs e dos campi regionais. Estas reformas estruturais exigidas pelo governo promoveram a pulverização dos estudantes entre as unidades de educação superior e dificultava a organização de um movimento estudantil contra estas transformações realizadas na educação superior pela ditadura. As oito universidades existentes na época foram transformadas em vinte e cinco através da separação das suas sedes, tornaram-se universidades derivadas ou IPs autônomos. Foram reconhecidos, formalmente, dois novos tipos de instituições de ensino superior: os *IPs* e os *CFTs*.

Em dezembro de 1980, conforme o *DFL* Nº.3, os salários dos docentes e dos funcionários do administrativo da universidade foram desvinculados da remuneração do funcionalismo público e foram justapostos aos regulamentos de cada instituição, formando o rompimento da carreira única dos docentes nas universidades públicas e o fortalecimento das privatizações dentro das instituições de ensino superior. Além disso, as universidades privadas eram financiadas através dos pagamentos de matrícula e de mensalidades dos seus cursos pelos estudantes, já as instituições públicas começavam a cobrar mensalidades dos seus estudantes, à medida que era reduzido o financiamento público na educação superior. A educação superior chilena tornava-se dependente do financiamento privado e estava atrelada às necessidades do mercado que a financiava. As universidades públicas e privadas no Chile eram obrigadas através da legislação a se organizarem como instituições sem fins lucrativos.

No âmbito do setor de financiamento da educação, vale enfatizar o *DFL* Nº.4 e o Nº.33. Em 1981, com promulgação do *DFL* Nº.33 foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (*FONDECyT*), que era um programa público administrado pela *Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica* (*CONICYT*) com o objetivo de estimular e promover o desenvolvimento da pesquisa científica no Chile. Pois bem, era inaugurada a modalidade de financiamento competitivo posta pelo Estado como um critério para alocação de recursos nas áreas de conhecimento e no desenvolvimento científico e tecnológico. Os estudantes e os grupos de pesquisa podiam submeter suas propostas ao *FONDECyT* para solicitar financiamento aos projetos e aos programas de pesquisa no ensino superior.

Quando foi publicado o *DFL* Nº.4 em janeiro de 1981, foram determinados os três mecanismos de financiamento mais importantes para as universidades: *AFD*, *AFI* e Crédito Fiscal Universitário. É importante salientar que os estudantes das universidades privadas também podiam encaminhar seus projetos ao *FONDECyT* para solicitar financiamento de suas pesquisas científicas.

O Aporte Fiscal Direto (*AFD*), quando criado, era um fundo exclusivo para o financiamento universitário, e as instituições de ensino recebiam a transferência direta de capitais pelo governo. Todas as instituições do país dispunham de 95% da soma financeira total do *AFD* para dividirem entre si em partes iguais, e a transferência dos demais 5% do financiamento era realizada para as instituições com base no seu número de estudantes em pós-graduação, de publicações institucionais, de projetos de pesquisa realizados e entre outros. A partir de 1986, foi estabelecido que as instituições receberiam 50% do valor equivalente aos 95% de antes.

O Aporte Fiscal Indireto (AFI) apresentava como referência *Prueba de Amplitud Acadêmica (PAA)*, que era um exame escrito que foi aplicado entre 1966 até 2002 aos estudantes no final do curso básico e também do curso médio para avaliar o cumprimento do currículo da educação básica e da educação média no país. Com vista nisto, a PAA era um exame para selecionar os estudantes de acordo com sua pontuação para o ingresso ao ensino superior, nela 20.000 estudantes eram habilitados para o ensino superior, de forma que a pontuação na PAA estava também relacionada com a concessão indireta de financiamento estudantil público ao estudante. Em 2002, a PAA foi substituída pela *Prueba Selección Universitaria (PSU)*, que passou ser o exame de seleção para o acesso ao ensino superior a partir de então. As instituições recebiam AFI de acordo com o número de estudantes da instituição, que estava dentro a quantidade de 20.000 estudantes que era aprovada na PAA. Em 1986, houve o aumento de aproximadamente 90% do AFI em moeda chilena em relação ao valor fixado em 1980. Em 1987, o número de melhores pontuações habilitado na PAA foi elevado para 27.500 devido à Lei Nº 18.768, e os estudantes dos IPs e dos CFTs foram também incluídos nesta avaliação.

Quanto ao Crédito Fiscal Universitário, tratava-se de um mecanismo que facultava à instituição de receber crédito educativo para o estudante, o que possibilitava as instituições de estabelecerem créditos estudantis para os estudantes nesta modalidade de financiamento, porque as instituições podiam solicitar ao governo o crédito universitário ao seu estudante. Se o crédito fosse concedido ao estudante, a instituição de ensino adquiria do governo um aporte fiscal de 65% da totalidade destes créditos e os outros 35% restantes eram geridos pela instituição e eram cobrados dos estudantes conforme as regras de financiamento da instituição.

Por outro lado, ainda na década de 1980, o governo chileno ofertava incentivos para o setor empresarial atuar na educação superior. A realização de financiamento por meio das doações às instituições privadas era para os doadores receberem o direito à isenção fiscal e ao convênio de cooperação técnica universidade/empresa no campo da investigação e do desenvolvimento de produtos dos interesses do setor produtivo. As modalidades de financiamento estudantil, AFD, AFI e Crédito Fiscal Universitário para suas concessões aos estudantes estavam relacionadas com a pontuação da PAA, que era exigida pela instituição de ensino superior conforme a normalização do governo chileno. O fortalecimento do ideário neoliberal na educação superior chilena ocorreu através destes mecanismos de financiamento, que no decorrer do tempo modificaram-se pouco desde a sua implementação.

Durante a ditadura comandada pelo General Augusto Pinochet, as transformações na organização, na estrutura e no financiamento da educação superior foram realizadas através de Decretos Presidenciais Educacionais. É importante salientar que estas reformulações, com base nas políticas neoliberais, transcenderam o período ditatorial; em março 1990, para a transição da ditadura à democracia, foi eleito o governo da CPD. Antes disto, no último dia do ditador Pinochet no poder, os militares aprovaram uma nova regulamentação para educação: LOCE/90 que, apesar das transformações previstas para a legislação da educação no país, manteve os regulamentos dos DFLs para educação superior em vigor com poucas alterações. A LOCE/90 vigorou até 2009, quando foi revogada com a promulgação da Lei Geral da Educação (LGE) no governo da Presidente Michelle Bachelet, no entanto a LGE não abrangia o ensino superior.

Em 1990, a LOCE/90 apresentava mudanças na regulamentação da avaliação institucional do ensino superior. Era uma nova política para o sistema educacional, com ênfase para os seus artigos 41 e 39.

No artigo 41, estava declarada a criação do *Consejo Superior de Educación* (CSE), que era vinculado ao Ministério da Educação do Chile, e no artigo 39, para substituir o antigo sistema de examinanda, estava exposto o estabelecimento do *sistema de acreditación*, um processo de reconhecimento oficial pelo qual passavam exclusivamente as instituições privadas de ensino. Ademais, no artigo 29 estava presente o reconhecimento de mais uma modalidade de instituição de ensino superior no país. Oficialmente, eram quatro modelos a partir de então: *Universidades, Institutos Profesionales, Centros de Formación Técnica e Instituciones de Educación Superior de Las Fuerza Armadas y de Policía*.

O sistema de *acreditación* era um novo processo de avaliar a educação superior que foi aprovado pelo Ministério da Educação do Chile. As universidades que foram constituídas antes de 1980 possuíam a opção legal de permanecer no antigo sistema de *examinación* ou de fazer sua integração ao sistema de *acreditación*. Por outro lado, era obrigatório às universidades privadas que foram criadas após 1990 integrarem-se ao sistema de *acreditación* para seu reconhecimento oficial. Cabe esclarecer que o CSE era responsável pelo processo de licenciamento institucional, constituindo-se no organismo público e autônomo para conduzir a verificação do cumprimento do projeto educativo durante seis anos para obtenção do certificado de "autonomia plena" da IES. Quando necessário havia prorrogação de cinco anos para continuidade desta avaliação para poder sancionar ou vetar o licenciamento, no caso de não haver

habilitação do projeto educativo da instituição era feito seu cancelamento jurídico.

A partir da influência do BM na educação chilena, em abril de 1998, o Ministério da Educação tornou público Programa de Melhoria da Qualidade e Equidade em Educação (*MECESUP*). O BM naquela época era um organismo internacional que financiava as políticas educacionais em defesa do ideário neoliberal. O *MECESUP* tinha a proposta de melhorar o sistema de *acreditación*, assim elaborar um sistema de financiamento privado denominado Fundo Competitivo e incentivar às privatizações das instituições que privilegiavam a formação de técnicos de nível superior.

Sobre os referentes propostos, o Ministério da Educação do Chile estabeleceu a criação da *Comisión Nacional de Acreditación de Pregrado (CNAP)* para cursos de graduação, a fim da elaboração, organização e implementação do processo de *acreditación*. Já para a pós-graduação foi criada a *Comisión Nacional de Evaluación de la Calidad de programas de Postgrado (CONAP)*. Pois bem, para as IES era voluntária a participação nestes programas de *acreditación*, porém precisa-se considerar que o processo de *acreditación* era um requerimento obrigatório para IES solicitar o Crédito Fiscal Universitário para seu estudante e outros financiamentos estatais indiretos.

Em 2006, *Michelle Bachelet* foi eleita a primeira Presidente do Chile. Durante seu governo, em 2009, foi realizada a promulgação da *LGE*, o que revogava a *LOCE/90*. Apesar de leis que transformaram-na durante o período democrático, a *LOCE/90* ainda era antes da sua revogação, portanto, o legado da ditadura de *Pinochet* para a educação chilena. A *LGE* representava um novo quadro institucional para a educação do ensino primário e do secundário, porém não promovia mudanças significativas aos regulamentos em relação ao

ensino superior. Em síntese: a LGE não abrangia o ensino superior em sua especificidade. A *LOCE/90*, mesmo tendo sido revogada, continuava a cumprir seu papel de herança de Pinochet para educação superior.

As desigualdades de acesso e a exclusão educacional provocadas pelas políticas neoliberais implementadas no ensino superior chileno

As reformas neoliberais no modelo institucional de educação superior a partir da ditadura militar de Pinochet causaram mudanças na estrutura, na organização e no financiamento das instituições de educação superior do Chile. Ocorre a implementação da concepção individualista no ensino superior ao reduzir a atuação do Estado acerca do financiamento da educação pública, além de colocar a liberdade de ensino nas mãos do mercado.

O rompimento de um sistema educacional com a participação do Estado em detrimento de outro majoritariamente privado realizava a incitação das desigualdades sociais e da exclusão educacional no Chile, de acordo com o *Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos da Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO)* divulgado em 2011 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Não existiam universidades gratuitas no país, os pagamentos da matrícula e das mensalidades eram feitos pelos estudantes nas universidades públicas e nas privadas. O governo ofertava o benefício de recursos de bolsas, um sistema de apoio com bônus de manutenção e de créditos universitários que deviam ser restituídos pelo beneficiado aos cofres públicos após o término do ensino superior, mas muitos estudantes ficavam endividados antes até da conclusão do ensino superior. Cabe

colocar que nem sempre esta dívida era de origem pessoal, muitas famílias também ficavam endividadas devido ao financiamento estudantil de seu familiar.

Após o *Mochilazo* (2000), movimento dos secundaristas que já pedia o fim da *LOCE/90*, houve a retomada do movimento estudantil no Chile logo que Michelle Bachelet assumiu o cargo presidencial. Os estudantes secundaristas demonstravam sua insatisfação com as políticas educacionais arraigadas na *LOCE/90*. Foi deflagrada a Revolta dos Pinguins em 2006. O movimento ficou conhecido assim por causa da denotação ao uniforme com gravata dos secundaristas ao estilo do início do século vinte. O uniforme era usado pelos manifestantes para protestar, uma vez que já não era obrigatório aos estudantes. Neste contexto, o vestuário era uma referência aos anos de Pinochet. Os secundaristas declaravam greve, ocupavam colégios, realizavam as assembleias e as marchas coletivas; as principais reivindicações dos secundaristas eram o melhoramento da qualidade do ensino secundário e o fim da *LOCE/90*, além disto, eles reivindicavam a gratuidade do ensino superior. O movimento enfraqueceu após as negociações com o governo de *Bachelet* que passava se empenhar na elaboração de uma nova legislação para educação. Em 2009, a LGE foi a resposta do governo aos protestos estudantis de 2006. A LGE foi promulgada, e a *LOCE/90* era revogada no Chile, mas, vale ressaltar que LGE não abrangia o ensino superior e, assim, a *LOCE/90* permanecia para ensino superior como legado de Pinochet.

A CPD permaneceu na presidência do Chile durante março de 1990 até março de 2010. Os governos da CPD, apesar de dizerem que eram de centro-esquerda, aplicavam os preceitos neoliberais no sistema educacional. Apesar do *Mochilazo* (2000), somente em 2006, durante a Revolta dos Pinguins, um dos governos da CPD foi

fortemente atingido por protestos estudantis contra as políticas educacionais neoliberais.

Já a partir de abril de 2011, o governo do Presidente Sebastián Piñera do partido da Alianza, composto por uma coalização de direita de partidos políticos, começava enfrentar os protestos dos estudantes do ensino superior, que eram apoiados pelos secundaristas, todos estavam empenhados na luta pelo direito à educação gratuita. Houve a deflagração do movimento estudantil articulada em território nacional. Mais uma vez, as mobilizações estudantis pediam gratuidade no ensino e melhoramento da qualidade educacional, os estudantes reivindicavam reformas estruturais no sistema chileno de educação, sobretudo, no modelo de ensino superior.

O movimento estudantil fazia as reivindicações pela igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior e pela inclusão educacional dos diversos grupos de rendas presente na sociedade chilena. À medida que os estudantes ficavam endividados devido ao aumento dos juros excessivos do financiamento estudantil feito para quitação de mensalidades dos cursos terciários, os bancos comerciais privados eram beneficiados pelos lucros crescentes em torno disto.

As reformas neoliberais realizadas no modelo de educação superior colocavam a liberdade de ensino dentro do mercado econômico para haver competitividade pelos estudantes na busca de aprovação através do exame de seleção - a PSU - para ingressar no ensino superior. No entanto, com uma consciência social e política sobre as condições de desigualdade de oportunidades no acesso à educação superior, os estudantes aproveitaram o ensejo político em 2011, quando a chamada direita pinochetista formada pela cúpula dos neoliberais governava o país pela primeira vez após a transição da ditadura à democracia, para fazer reivindicações por mudanças estruturais e de financiamentos no modelo de ensino superior. Como

eram opositores ao modelo neoliberal de educação no Chile, os estudantes eram contra a posição do governo de tratar a educação como bem de consumo, mas sim a educação era entendida por eles como um direito, que necessitava ser exigido diante daquela situação educacional vigente no país.

Vale ressaltar que foi implantado o sistema de subvenções às universidades e de mensalidades aos estudantes, procedimento que caracterizava a diminuição do financiamento público. Segundo o Ministério da Educação do Chile, era obrigação do Estado aplicar apenas 30% a 40% do orçamento das universidades públicas na forma de AFD. Para universidades privadas foi criado o mecanismo de transferência de AFI, que era distribuído até 2011 de acordo com as normas da PSU, um exame de nível nacional que aprovava apenas 27 mil candidatos no âmbito aproximadamente de 200 mil estudantes dentre os estudantes que costumavam realizar este exame de seleção para buscar o ingresso no ensino superior. A PSU era o único sistema de admissão para todas as universidades do Estado e para as universidades privadas que integravam o CRUCH, uma organização criada em 1954 pela Lei n.º 11.575, cujas funções eram coordenar as ações das universidades tradicionais, que foram fundadas antes de 1981, e representar os interesses das mesmas perante o Estado.

Além disso, o AFI era diretamente administrado pela universidade privada, ao mesmo tempo em que, os estudantes beneficiados por este financiamento público pagavam mensalidades para a mesma. Em 2011, segundo os dados do Ministério da Educação do Chile, o país apresentava 169 instituições de ensino superior – 44 IPs, 66 CFTs e 59 universidades, uma vez que 25 eram membros do CRUCH e 34 eram privadas. As universidades tradicionais, que recebiam AFD, em grande parte foram constituídas

antes de 1981, dentre as 25 do CRUCH: 16 eram estatais, 6 eram católicas e 6 eram universidades laicas privadas.

Por outro lado, as universidades privadas que não eram consideradas como tradicionais, foram criadas a partir de 1980 pela iniciativa privada e apresentavam custos onerosos dos estudos e a baixa proporção de estudantes com acesso ao auxílio estudantil, além de bolsas o governo chileno proporcionava um sistema de apoio financeiro com bônus de manutenção e créditos estudantis, mas nem todos os estudantes de baixa renda, que necessitavam de apoio financeiro para manter-se no ensino superior, conseguiam receber um financiamento deste sistema para custear parte de suas mensalidades. Vale esclarecer que apenas as universidades do CRUCH a partir de 1994 possuíam o direito de dirigir-se ao Fundo de Solidariedade, que eram fundos públicos para financiamento estudantil, para solicitar financiamento aos seus estudantes. Ou seja, os estudantes não matriculados numa instituição do CRUCH, que exigia elevada pontuação na PSU para admitir o ingresso do estudante nela, nem podiam ser beneficiados por esta modalidade de financiamento.

Sem dúvida, o modelo de educação chileno possui origem na LOCE/90 imposta por *Pinochet*, que estabeleceu o mecanismo de financiamento público à demanda pelo serviço de educação superior ao aprovar o sistema de subvenção o qual era caracterizado pela distribuição de créditos estudantis por estudantes às universidades. Tratava-se do processo mercantilista do sistema de ensino, a diminuição da atuação do Estado, que agia somente como um regulador do mercado através de sistemas de avaliação com exames pontuais e de políticas educacionais que priorizavam o mérito individual, as mesmas fomentavam a competitividade dentre os estudantes, mas todos os estudantes não estavam nas mesmas

condições socioeconômicas para competir pelo acesso ao ensino superior através da PSU e por financiamento estudantil público ou privado. De modo que, as políticas educacionais do governo do Chile não funcionavam como estratégia para resolver o problema da desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior.

Além disso, a educação chilena estava orientada exclusivamente para o mercado de trabalho, o que denota sua baixa qualidade porque não possuía a potencialidade de responder à necessidade da formação cidadã dos estudantes. Em 2011, em média a formação em um CFT apresentava duração de dois anos, em um IP para graduação profissional eram quatro anos, e para graduação universitária era o período equivalente de cinco anos. Somente, as universidades podiam oferecer programas de pós-graduação, visto que os cursos de mestrado possuíam duração de dois anos e os de doutorado de quatro.

A dinâmica do modelo neoliberal de educação superior atrelado ao mercado tinha o intuito de que as universidades fossem competitivas entre si, para que no âmbito da competitividade pudesse haver a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pelas instituições. Conforme os preceitos neoliberais adotados pelo governo, a competitividade entre as instituições de ensino superior tinha em vista proporcionar o melhoramento da qualidade do ensino, isto efetivamente não foi comprovado, mas sim o que houve foi a lucratividade das universidades por meio dos cursos de graduação com mensalidades caras e juros altos. A competitividade entre as universidades estava voltada para os custos dos serviços ofertados aos estudantes e não estava focada no melhoramento da qualificação das instituições.

Por conta disso, em 2011 houve a deflagração do movimento estudantil, o qual ocorreu de maneira autônoma e independente das

instituições políticas partidárias. A Confederação de Estudantes do Chile (CONFECH) realizava o diálogo entre o movimento estudantil com suas demandas e as instituições políticas. A mobilização em massa estava articulada às federações estudantis, as universidades tradicionais e as privadas estavam associadas às estas federações. A CONFECH constituída pelos representantes destas federações universitárias era responsável pela convocação dos estudantes para greve. Cabe esclarecer que os representantes das federações eram eleitos democraticamente pelo corpo discente de suas instituições, que realizava votação interna para decisão de aderir ou não à greve estudantil.

Diante da desigualdade de oportunidades no financiamento estudantil promovido pelo sistema educacional, os estudantes nas articulações sociais em espaços públicos expressavam suas indignações com as políticas educacionais do país. Por fim, a deflagração do movimento estudantil em 2011 destruíu a imagem de sucesso internacional do modelo chileno de educação, que era construída desde a década de 1990 por organismos multilaterais como o BM.

Considerações Finais

As transformações aqui analisadas na educação superior chilena redimensionaram a identidade das instituições de ensino superior. Em decorrência, houve o predomínio de uma identidade capitalista das universidades com ênfase na competitividade mercantil dentro do sistema de educação, mesmo que no Chile, as universidades públicas e privadas mediante a legislação não pudessem possuir fins lucrativos, na prática esta designação não era plenamente cumprida. A partir do golpe militar de 1973, o ideário

neoliberal nas políticas educacionais transformou a identidade das instituições de ensino superior no tocante às universidades, que antes estavam sob a preponderância do socialismo democrático do Presidente Salvador Allende (1970 a 1973). Os anos do governo do Presidente Allende foi uma preparação para um governo comunista no Chile, em que havia em foco a gratuidade da educação chilena. De verso, desde o golpe de Estado por Pinochet, o ensino era transformado em um empreendimento de negócios, uma vez que em 1981 foi abolida a gratuidade na educação.

No caso chileno foi buscado investigar os elementos históricos responsáveis pelas demandas do movimento estudantil deflagrado em 2011. As políticas educacionais eram apresentadas como elemento facilitador no ingresso ao ensino superior no Chile, mas, ao mesmo tempo, fomentavam a desigualdade social e não eram deverás mecanismo de democratização da educação superior no país, uma vez que estavam embasadas na meritocracia. O mérito individual não expelia toda e qualquer forma de privilégio hereditário e corporativo, porque não apreciava nem avaliava os estudantes em consideração dos seus percursos e de suas histórias de vida. No Chile, a meritocracia no ensino superior dava prosseguimento ao processo de transformar as desigualdades injustas numa desigualdade justa mediante ao processo de seleção para as universidades.

O modelo educacional chileno, de fato, em 2011 fomentava a exclusão educacional, pois os estudantes das classes sociais de baixa renda não estavam nas mesmas condições das outras classes para competir na PSU, que determinava elevadas pontuações para ingresso nas universidades do CRUCH, as universidades do CRUCH estabeleciam pontuações elevadas para o estudante poder ingressar em uma delas, além disto, o processo de seleção exigia uma preparação onerosa e criteriosa por parte do estudante.

Ademais, as universidades privadas, que não pertenciam ao CRUCH, e as públicas cobravam também mensalidades caras equivalentes às taxas mensais de países desenvolvidos como Canadá e Nova Zelândia (UNESCO, 2011). O custo do ensino superior no Chile era caro tanto nas universidades públicas como privadas e também no setor não universitário do ensino superior, CFTs e IPs. O que sobrecarregava o orçamento individual/familiar, porque era responsabilidade do indivíduo e da família custear as matrículas e as mensalidades no ensino superior.

Por razão do recrudescimento das desigualdades socioeconômicas nos países desenvolvidos e nos em desenvolvimento durante o final da década de 1990 como resultado das políticas neoliberais, no Chile começavam ser repensadas pelos estudantes as questões da exclusão educacional no modelo de ensino. Surgia o movimento Mochilazo em 2000 liderado pelos secundaristas e contra as políticas neoliberais no setor da educação. Os financiamentos estudantis no Chile não buscavam a democratização no ensino superior, mas sim era um elemento facilitador para o acesso dos estudantes, que estavam inseridos na competitividade para as melhores pontuações na PSU e na busca pelos melhores serviços ofertados pelas universidades públicas e pelas privadas. Os estudantes chilenos tinham se tornados consumidores dos serviços educacionais, porque a educação foi transformada um bem de consumo no país.

O neoliberalismo na educação chilena foi resultado, antes de tudo, do o porquê o governo chileno atender algumas prescrições de Mílton Friedman (1912 a 2006) para educação, a partir dos *Chicago boys* ocorreram às tendências ideológicas no modelo chileno de educação que foram mais influentes nas décadas de 1980, e ainda sim estavam elas presentes nos anos de 1990 e nos anos de 2000,

no Chile através da coalizão centro-esquerda da *CPD* na direção do governo. Entretanto, a partir dos anos de 1990, a educação chilena estava alinhada com as prescrições dos organismos internacionais multilaterais como BM, mas não tinha rechaçado o neoliberalismo, só que naquele período histórico estava com foco no capitalismo financeiro da sua época.

Assim, o levante estudantil com suas reivindicações por educação pública, gratuita e de qualidade no ensino superior foi uma prova de que o passado histórico ditatorial não havia sido superado pelos chilenos até então. As manifestações estudantis atingiram assim a sociedade chilena que estava afastada da disputa política desde o período da transição da ditadura à democracia. A deflagração do movimento estudantil em 2011 apontava para o problema do sistema de educação superior fomentar exclusão educacional e não solucionar a problemática das desigualdades sociais através do acesso à educação superior, com vista nisto a educação era mecanismo de manutenção das classes sociais, apesar da ideologia neoliberal difundir que a competitividade para ingressar no ensino superior e o mérito individual eram elementos que podiam conduzir à ascensão social mediante a educação de qualidade voltada para o mercado de trabalho.

Referências

ALVARES, L. A. G. M. **O Movimento Estudantil de 2011 e a Crise de Legitimidade do Sistema Político Chileno.** II Seminário de Iniciação da Escola Superior de Propaganda e Marketing. ESPM São Paulo, SP, 2013.

ALVARES, L. A. G. M. e MONTEBELLO, N. M. **O movimento pela educação de 2011 e a crise institucional chilena.** I Seminário de Iniciação Científica da Escola Superior de Propaganda e Marketing. ESPM, São Paulo, SP, 2012.

ARAUJO, K. MARTUCCELLI, D. **La individuación y el trabajo de los individuos. Educação e Pesquisa**, vol. 36, n. Especial, p. 77-91, 2010.

ARIÉS, P. **A descoberta Infância**. In: Áries, P. História Social da Criança e da Família. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978, Tradução: Dora Flaksman, p. 50-69.

_____. **Conclusão: os dois sentimentos da Infância**. In: Ariés, P. História Social da Criança e da Família. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978, Tradução: Dora Flaksman, p. 156-164.

CHILE, Decreto Com Fuerza de Ley nº1 de 3 de janeiro de 1981. Fija normas sobre universidades. **Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile**. Disponível em: <http://bcn.cl/4v1n> Acesso em: 1 nov. 2014.

CHILE, Decreto Com Fuerza de Ley Nº2 de 7 de janeiro de 1981. Fija normas sobre reestructuración de universidades. **Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile**. Disponível em: <http://bcn.cl/4vhv> Acesso: em 11 nov. 2014.

CHILE, Decreto Con Fuerza de Ley Nº 3 de 30 de dezembro de 1980. Dispone normas sobre remuneraciones en universidades chilenas. **Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile**. Disponível em: <http://bcn.cl/4x6j> Acesso em: 11 nov. 2014.

CHILE, Decreto Con Fuerza de Ley Nº 4 de 20 de janeiro de 1981. Fija normas sobre financiamiento de las universidades. **Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile**. Disponível em: <http://bcn.cl/4zjh> Acesso em: 11 nov. 2014.

CHILE, Decreto Con Fuerza de Ley Nº 5 de 16 de fevereiro de 1981. Fija normas sobre institutos profesionales. **Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile**. Disponível em: <http://bcn.cl/4xsm> Acesso em: 11 nov. 2014.

CHILE, Decreto Con Fuerza de Ley Nº 24 de 17 de abril de 1981. Fija normas sobre centros de formación técnica. **Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile**. Disponível em: <http://bcn.cl/4twr> Acesso em: 11 nov. 2014.

CHILE, Decreto Con Fuerza de Ley Nº33 de 27 de outubro de 1981. Crea el Fondo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico.

Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile. Disponível em: <http://bcn.cl/562x> Acesso em: 11 nov. 2014.

CHILE, Ley General de Educación N° 20.370 (LGE) de 12 de setembro de 2009. **Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile.** Disponível em: <http://bcn.cl/4vg3> Acesso em: 11 nov. 2014.

CHILE. Ley General de Educación de 2009. **Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile.** Disponível em: <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1006043#educación0> Acesso em: 11 nov. 2014.

CHILE, Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza N° 18962 de 1990 (LOCE/90) de 10 de março de 1990. **Universid de Chile.** Disponível em: <http://uchile.cl/ux8386> Acesso em: 11 nov. 2014.

DE BLASI, J. Tese de Doutorado. **A Avaliação Como Eixos Da Educação Superior Na América Latina: os casos da Argentina, Brasil, Chile e México.** Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2005.

DEITOS, R. Liberalismo educacional: o receituário de Milton Friedman. In: ZANARDINI, Isaura M.; ORSO, Paulino J. (orgs.). **Educação, Estado e sociedade capitalista.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2008. p.25-37.

DÍAZ, S. D. A Reforma Neoliberal da Educação Superior no Chile em 1981. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.20, n°57, p.53-64, fevereiro de 2005.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade.** São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GOVEIA, L. Dissertação de Mestrado. **Ensino Superior Público e Privado no Brasil e no Chile desde as Reformas Educacionais de 1968 e de 1981 até a década de 2000: Financiamento , Acesso e Desigualdade.** Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Brasília, 2009.

GORGULHO, G. Reforma do ensino superior chileno entra em pauta. **Revista de Ensino Superior da Universitária**, Campinas, Edição nº 5. p.16-21, abril 2012.

INSTITUTO LIBERAL. **Galeria dos autores liberais do Instituto liberal.** Milton Friedman. Disponível em: http://www.institutoliberal.org.br/galeria_autor.asp?cdc=923. Acesso em: Nov.2014.

MARTUCCELLI, D. **Desafios Comuns. Retrato de la sociedade chilena y sus indivíduos.** Santiago: LOM, 2012. Tomo II . P. 15-98 (Parte 3: Esfuerzos y recompensas – La desmesura laboral (p.15-58) e La cuestión del mérito (p. 59-91).

_____ **Lecciones de sociologia del individuo.** Mimeo, p. 1-33.

MINEDUC - Ministerio de Educación de Chile. **Fondo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (FONDECYT).** Disponível em: <http://www.conicyt.cl/fondecyt/sobre-fondecyt/que-es-fondecyt/> Acesso em: 11 nov. 2014.

MINEDUC - Ministerio de Educación de Chile. **Programa de Mejoramiento de la Calidad y Equidad de la Educación Superior (MESESUP).** Disponível em: http://www.mecesup.cl./index2.php?id_portal=59&id_seccion=3586&id_contenido=14892. Acesso em: 11 nov. 2014.

Selección de leyes y decretos sobre financiamiento, acreditación y becas de educación superior. (normas actualizadas a la fecha y selección realizada el 26 de mayo de 2010). **Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile** . Disponível em: http://www.bcn.cl/leyes_temas/leyes_por_tema.2006-02-06.6902438159 Acesso em: 11 nov.2014.

MORAES, R. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?**. São Paulo: SENAC, 2001.

SIQUEIRA, A de. As reformas do ensino superior no Chile e na China. **Revista de Avaliação**, Campinas, v.8, n.4, p. 141-161, dez, 2003.

UNESCO - Organização das Nações Unidas. A crise oculta, confronto a armadas e educação - **Relatório de Monitoramento Global de Educação Para Todos. Relatório Conciso 2011.** Edições UNESCO.

OLIVEIRA, L S de. Contra o quê luta o movimento estudantil no Chile? **Revista de Segurança Urbana e Juventude.** v. 4, n. 1/2. 2011. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/seguranca/article/view/5031> Acesso em: 11 set. 2014.